

GRAMSCI E RELAÇÕES INTERNACIONAIS: UM BREVE BALANÇO DA LITERATURA SOBRE HEGEMONIA¹.

Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos

Wagner A. P. Antunes

Resumo: A proposta de uma breve avaliação da literatura que aborda a aplicação de Gramsci nas Relações Internacionais aponta para três tendências. A primeira, e mais recorrente, busca uma análise a partir da categoria de hegemonia em termos bastante distintos de Gramsci em que pese a menção ao autor italiano. A segunda busca uma análise a partir da categoria de hegemonia tomando por base as edições temáticas nacionais e anglo-saxônicas. A terceira (e minoritária) busca uma análise a partir da categoria de hegemonia com um diálogo rico com a obra carcerária de Gramsci.

Palavras-chave: Gramsci. Hegemonia Internacional. Hegemonia. Relações Internacionais

1. INTRODUÇÃO

O senso comum existente na academia em torno do pensamento do comunista italiano Antonio Gramsci consagrou um certo tipo de interpretação sobre sua categoria de hegemonia e também algumas leituras e interpretações². No âmbito das Relações Internacionais, a interpretação gramsciana se tornou praticamente sinônimo de uma abordagem em torno de Robert W. Cox. O presente artigo aponta para uma direção diversa, buscando uma breve análise crítica a partir de algumas contribuições – a maior delas identificada com a abordagem coxiana - em torno da categoria gramsciana de hegemonia, apontando algumas de suas virtudes e vicissitudes.

O presente texto é orientado pelos seguintes problemas de pesquisa:

- 1) Quais as principais tendências nas quais se pode classificar a literatura pertinente à interpretação da categoria gramsciana de hegemonia para as relações internacionais?
- 2) Qual o grau de contato e elaboração das interpretações em questão com a edição crítica dos cadernos carcerários gramscianos?

Serão testadas as seguintes hipóteses:

- 1) Três tendências mais gerais podem ser encontradas no exame da literatura: a) aquela que busca uma análise a partir da categoria de hegemonia com um diálogo rico com a obra carcerária de Gramsci

¹ O presente texto teve como base relatório final homônimo apresentado ao PIBIC UNESP 2013-2014.

² Sobre a apropriação hegemônica de Gramsci como um pensador da ordem, com conformidade com a linha política do antigo PCI – Partido Comunista Italiano -, veja-se, por exemplo, DIAS, 2012.

(tendência minoritária); b) aquela que busca uma análise a partir da categoria de hegemonia tomando por base as edições temáticas nacionais e anglo-saxônicas; c) aquela que busca uma análise a partir da categoria de hegemonia em termos bastante distintos de Gramsci em que pese a menção ao autor italiano. As duas últimas tendências seriam majoritárias.

2) O grau de contato dos estudos gramscianos sobre hegemonia internacional com a edição crítica dos cadernos carcerários é bastante incipiente, dado o fato de que não há inserção da maioria dos autores na língua italiana e seu perfil se concentra em edições de língua inglesa.

Feitas estas ressalvas iniciais, o principal objetivo desta seção é averiguar e levantar a literatura que se propõem a discutir a obra de Antonio Gramsci por uma perspectiva das relações internacionais, através de seu conceito de hegemonia. Além de tentar identificar qual a familiarização dos autores com os cadernos do cárcere e sua interpretação dessa obra gramsciana.

Para tal intento, como primeira análise, conforme escrito acima, se tem como base três fundamentos sobre a literatura: autores que tenham tido contato direto com os cadernos do cárcere, dialogando com a obra e com o conceito de hegemonia gramsciano; autores que fundamentaram sua concepção de hegemonia em edições nacionais ou anglo-saxônicas da obra de Gramsci; e aqueles que se apoiam em um conceito diferente do de Gramsci, utilizando o autor apenas como fonte de citação.

Considerando tais tipos, o primeiro é o mais raro, enquanto que os outros dois são mais comuns. Este primeiro tipo nos leva ao trabalho de Adam Morton (2007: p. 45-69).

Uma segunda análise interpreta que o fato de poucos autores não estarem familiarizados com a língua italiana, e com os cadernos em seus originais, permitiu a expansão da interpretação do conceito hegemônico para as relações internacionais baseado em edições temáticas de Gramsci em língua inglesa. Uma análise preliminar nos leva à hipótese sobre uma possível falta de rigor ou apuro ao se utilizar os conceitos tratados por Gramsci. Parece-nos inicialmente o caso do trabalho de Stephen Gill (1992: p. 304).

2. CONCEITOS

O conceito de hegemonia proposto por Antonio Gramsci difere do conceito tradicionalmente usado designando simplesmente uma relação entre Estados rivais em um sistema de poder com o predomínio das dimensões militares e econômicas do referido poder em perspectiva estadocêntrica, ou ainda, liderança política. Para o pensador sardo a idéia de hegemonia é mais vasta que isso, além de seu significado poder ser estendido a outros campos fora o político e militar. Assim, para o autor, hegemonia se refere também a outros fatores (moral, ético-político, econômico, social, ideológico, cultural etc. nos diversos níveis: local, regional, provincial, nacional, internacional) além da simples força, para ele o mais importante para se obter a hegemonia é predomínio do consentimento de toda a estrutura subalterna dos grupos, classes, estratos sociais no interior dos Estados. Isso não significa que a força não seja uma importante parte da hegemonia, mas sim que ela sozinha não pode ser sustentada como hegemonia. Portanto, para se ter a hegemonia deve-se ter força (meios de coerção) e consentimento.

É exemplificado bem esse conceito através da hegemonia norte-americana, que se expandiu pelo sistema internacional não apenas devido ao grande poder bélico americano, mas também pelo modelo produtivo fordista e sua ampliação em termos de um modo de vida e toda uma concepção de mundo. Tal modelo favoreceu e possibilitou realmente a hegemonia dos Estados Unidos, pois é através dele que se consegue trazer a adesão de diversos grupos e países. Tal modelo não apenas contribuiu para o papel de líder dos Estados Unidos, mas também altera as próprias estruturas de poder em vários níveis. Tornando a posição americana sempre um fator a ser considerado pelos outros Estados.

Partindo desse exemplo Gramsci sofisticava mais ainda esse conceito, demonstrando que o principal para se conseguir a hegemonia não é a força, mas sim uma ideologia ou modelo produtivo de consenso. No entanto, deve-se ter cuidado para não se identificar hegemonia como um termo imutável, sempre idêntico em qualquer circunstância. Uma das fundamentações da teoria gramsciana é o entendimento das forças que são mais rígidas (orgânicas) e daquelas que são flexíveis, passageiras ou circunstanciais (conjunturais). Disso se compreende o alerta dado por Gramsci no parágrafo 17, do caderno 13:

É o problema das relações entre estruturas e superestruturas que deve ser posto com exatidão e resolvido para que se possa chegar a uma justa análise das forças que atuam na história de um determinado período e determinar as relações entre elas. [...] Também os fenômenos de conjuntura dependem, certamente, de movimentos orgânicos, mas seu significado não tem um amplo alcance histórico: eles dão lugar a uma crítica política miúda, do dia-a-dia, que envolve os pequenos grupos dirigentes e as personalidades imediatamente responsáveis pelo poder (GRAMSCI, 2007: p. 36-37).

Assim, se entende que a hegemonia afeta os alicerces centrais das estruturas, não apenas os fatores conjunturais, que possuem características passageiras e superficiais. Para caracterizar-se uma hegemonia as próprias estruturas devem ser alteradas profundamente, modificando características políticas, econômicas, sociais e culturais. Portanto, como indica Boothman (2008), não se pode haver uma palavra definitiva sobre o conceito gramsciano de hegemonia, já que ele se encontra em constante evolução e sempre se moldando de acordo com as circunstâncias. Sendo talvez o seu maior mérito a capacidade inovadora com que esse conceito pode ser aplicado aos planos civil, social, nacional, internacional, cultural e econômico.

A revolução passiva, outro importante conceito, se refere a um processo hegemônico incompleto, que causa apenas pequenas alterações nas estruturas para que o seu cerne se mantenha essencialmente inalterado. Ela se baseia muito mais no poder coercitivo do que no consenso, e é frequentemente usada por uma fração das classes dirigentes para induzir sobre as subordinadas uma determinada condição política, social, cultural ou econômica. No entanto, não se deve entendê-la como ausente de consenso, ou fundamentada unicamente na coerção, pois não se tem a total passividade das massas populares, existe sim uma mobilização popular, mas ela é limitada por entraves que permitem que apenas as reivindicações que não contrariem a ordem vigente sejam acatadas. Bianchi (2006: p. 48) ainda esclarece:

A revolução passiva é, desta forma, o exercício de uma hegemonia restrita, uma hegemonia burguesa em um período histórico no qual esta classe já perdeu a capacidade

de assimilar a seu projeto as classes subalternas. A revolução passiva não é hegemonia de uma classe em relação ao todo social, mas a de uma fração das classes dominantes sobre o conjunto delas através da mediação do Estado.

O Estado, como principal aparato de coerção, tem uma função importante na revolução passiva, pois é de onde parte as transformações incompletas nas estruturas, que são a chave para a manutenção de uma ordem já estabelecida. Assim, pode-se entender que a revolução passiva é um conceito no qual estão inseridos elementos de uma mudança parcial, a qual contribui para que os alicerces já estabelecidos sejam mantidos e que as classes dirigentes, através principalmente do uso da coerção, impeçam que as outras camadas sociais participem do processo de transformação que ocorre.

No entanto, Gramsci também estende o conceito de Estado para algo chamado de Estado integral, que é uma perspectiva sofisticada da união da sociedade política com a sociedade civil, sendo que cada uma dessas sociedades possuem seus próprios aparatos de consenso e de hegemonia. De acordo com Coutinho (2007) a sociedade política pode ser entendida como os próprios aparatos estatais de coerção, como a polícia, o exército ou o sistema judiciário; enquanto que a sociedade civil compreende os aparelhos privados de hegemonia, o sistema educacional, a imprensa e a igreja são exemplos desta classificação. Além disso, como aponta Gill (1992), qualquer bloco histórico necessita de intelectuais orgânicos, que são os articuladores concretos de uma ideologia hegemônica que provê coesão e ajuda a integrar o bloco histórico. Esses intelectuais não são apenas produtores de ideologia, eles são também organizadores de hegemonia, ou seja, eles teorizam em como a hegemonia pode ser desenvolvida ou mantida. Assim, a idéia de Gramsci do intelectual é a de um agente social que exercita uma organização funcional em um sentido amplo, quer seja no campo da cultura, sistema produtivo ou administração política. Essa concepção prática do intelectual orgânico é um dos pontos fortes do pensamento gramsciano.

Valendo-se destes conceitos se deve pensar na hegemonia em uma perspectiva internacional, porque o próprio conceito se aplica ao estudo da evolução das relações internacionais. Até certo ponto todos os autores estudados, de Stephen Gill a Robert Cox, se dispõem a tratar do tema de um Estado hegemônico, no particular caso dos Estados Unidos. Para eles os Estados Unidos se apresentam como um Estado hegemônico porque suas ações influenciam os outros Estados que compõem o sistema internacional. Tal hegemonia, como em nível nacional, também se baseia em força e consenso; a capacidade militar americana e o seu poder econômico representam seus aparatos coercitivos, enquanto que o modelo produtivo, político e as suas características culturais e ideológicas aludem aos aparatos hegemônicos de consenso. Logo, a hegemonia no plano internacional obedece a critérios análogos ao da hegemonia interna, sendo até significativo que os aspectos não sejam separados, já ambas estão intrinsecamente ligadas; sendo válido o argumento de que:

Em Gramsci, o Estado hegemônico é aquele que, em outra linguagem, definiríamos hoje, ao mesmo tempo, tanto como grande potência quanto como líder político e cultural: por um lado, ele dispõe da mais ampla autonomia no campo da política externa e, por outro, “dirige um sistema de alianças e de entendimentos, de maior ou menor extensão”. Tal como no terreno interno a classe hegemônica, no plano internacional o Estado

hegemônico cumpre a própria função quer com a força, quer com o consenso (TELÒ, 2010: p. 8).

3. DISCUSSÃO BIBLIOGRÁFICA

Discutir-se-á nesta seção sumariamente a literatura pertinente sobre Gramsci e a hegemonia nas Relações Internacionais.

O primeiro a ser tratado é Adam Morton, que se propõe a tratar sobre as contribuições do pensamento de Antonio Gramsci para o debate em torno da teorização do sistema de estados e o capitalismo. Isso contribui para o atual projeto ao mostrar a repercussão das idéias de Gramsci em uma discussão que se refere diretamente às relações internacionais. Morton se esquivava de um reducionismo teórico ao incorporar o conceito de revolução passiva como uma expressão da direção política do capital, com foco no Americanismo e fordismo, para explicar o sistema de estados e as relações capitalistas. Sendo enfática a proposição feita de que:

[...] o conceito de revolução passiva surge como um fator causal no sistema de estados, ligando *tanto* a reprodução do capitalismo em escala global, por meio do *Americanismo e fordismo*, sua expressão exterior, *quanto* as respostas a essa reprodução nas formas específicas de Estado (MORTON, 2007, p. 52).

Isso significa que as transformações realizadas pelo Americanismo e pelo fordismo se expandem para o sistema internacional, criando em cada Estado uma realidade particular, mas integrada a um sistema produtivo externo. Isso possibilita a Morton analisar, e encontrar relações, nos processos de formação de Estado na África e o imperialismo posto em prática na América Latina; o fazendo considerar que nestes casos houve um processo de introdução de estruturas políticas transplantadas, até mesmo pela força, para que se chegasse a uma forma importada de centralização política.

No que se refere a Robert W. Cox (1981) e os aspectos da sua interpretação dos conceitos formulados por Gramsci, e de como eles foram usados para dar forma ao seu artigo sobre o desenvolvimento dos Estados e de uma ordem mundial, com o propósito de entender as relações globais de força de modo teórico diferenciado das propostas realistas e liberais. Cox comete algumas generalizações em sua teoria crítica³, colocando em um mesmo construto teórico conceitos distintos entre si do ponto de vista epistemológico ao usar autores marxistas diferentes neste aspecto, como Horkheimer e Gramsci. Além disso, o autor faz uso do conceito de hegemonia de forma dualista (na medida em que focaliza uma eventual contra-hegemonia aos Estados Unidos com foco em Estados e não em forças sociais, valendo-se de referência não existente na obra gramsciana) e, em alguns aspectos, formulações tributárias de Gramsci (ao enaltecer a importância das forças sociais no interior dos Estados. Ressalve-se que não há o conceito de “contra-hegemonia” na obra do comunista sardo. Toda ação política é aspirante à hegemonia no aparato conceitual do comunista italiano, ainda que ela possa não ser efetivamente hegemônica no momento de sua ocorrência.

³ Cf. PASSOS, 2013.

Como categoria dotada de complexidade histórica, há formas completas e incompletas de hegemonia⁴. Este é o sentido de não aparecer a noção de “contra-hegemonia” em momento algum na totalidade da obra gramsciana. A provável razão da popularização deste conceito está associada ao seu uso pioneiro nos anos 1970 pelo crítico literário Raymond Williams (1977: p. 116). O uso entre aspas pelos motivos já arrolados – como o faz Adam David Morton (2007b: p. 92, 95 e 97) é assim justificado⁵.

Já Derek Boothman aborda a evolução teórica do significado de hegemonia até chegar à conotação dada por Gramsci. Iniciando-se pelo sentido dado pelos gregos, que a entendiam como um sistema de poder entre os estados, atribuindo de hegemônico aquele que era dominante, o autor segue para a contribuição de Lênin, que dá ao conceito não apenas uma característica de poder, mas também uma característica político-econômica (2008: p. 203). Entendendo ainda que no cenário internacional hegemonia teria o sentido de liderança. Isso é importante, pois as duas interpretações apresentadas, a de dominação e de liderança, se sustentam respectivamente em força e consenso, o que é justamente a base do conceito gramsciano. Boothman ainda destaca as contribuições de Benedetto Croce e de Maquiavel para o pensamento de Gramsci, o primeiro referente a uma interpretação histórica e o segundo a uma interpretação político-militar, ilustrada pelo centauro Quíron, uma alegoria à força e o consentimento. Isso, para o autor, favoreceu para que a hegemonia apresentada por Antonio Gramsci tivesse um caráter versátil, podendo ser aplicada aos campos civil, social, político, cultural e econômico.

Em **American hegemony and trilateral commission**, Stephen Gill (1992) faz uso da abordagem de Gramsci para evidenciar que os Estados Unidos ainda se constituem como um Estado hegemônico, e a interpretação de que esteja em declínio não corresponde com os fatos. Para ele o que se vê é uma reestruturação transnacionalizante do cenário global. Por isso, Gill, para defender seus argumentos, faz um abrangente uso da teoria gramsciana, valendo destacar em especial o materialismo histórico, os aparatos ideológicos e a de intelectual orgânico. Tal avaliação suscita uma hipótese sobre a avaliação de Gill que parece destoar da elaboração gramsciana: o caráter transnacional parece não atentar para o fato de que existem distintas temporalidades de transformação e desenvolvimento do capitalismo no plano global (GRAMSCI apud MORTON, 2007: p. 1)

A leitura do artigo **The siren song of geopolitics: towards a gramscian account of the Iraq war**, de Darel E. Paul (2007), oferece uma análise crítica sobre a Guerra do Iraque, a qual o autor faz uso das teorias de Gramsci, as usando para defender seu argumento de que tal guerra é uma demonstração de uma crise hegemônica, ocorrida devido ao momento conservador na política Americana. Paul leva em consideração o aspecto geopolítico, principalmente o levantado por autores como Arrighi e Harvey, mas

⁴ Em sendo uma categoria de cunho histórico e variável, a categoria gramsciana de hegemonia pode ser incompleta e ter, inclusive, o predomínio da força e emanar do Estado e não da sociedade civil. Uma destas formas incompletas de hegemonia presentes na obra carcerária gramsciana é a complexa categoria de revolução passiva. Sobre a aplicação e tal categoria no processo histórico brasileiro, consulte-se: DEL ROIO, 2012

⁵ O fato de não existir a categoria de “contra-hegemonia” no aparato conceitual gramsciano não impede de que ela seja usada, principalmente se for considerado o aspecto metodológico gramsciano da “tradução” para tal emprego. O tema da “tradução” será tratado na discussão metodológica deste texto.

agrega ao debate as ideias de Gramsci. Para isso ele faz uso de uma literatura gramsciana de traduções em inglês. E é dessas traduções que o autor retira a seguinte definição de hegemonia que usará em seu artigo:

Unlike standard realist usage of the term which acts as a synonym for domination, hegemony in its Gramscian sense refers to the consensual dimension of rule and social order. As the ‘intellectual and moral leadership’ of one class or class fraction over ‘kindred and allied groups’, hegemony is for Gramsci an intrinsic element of ruling class power (PAUL, 2007: p. 62).

É ainda nestas traduções que Paul se apoia para afirmar que onde as relações sociais capitalistas são mais desenvolvidas a hegemonia capitalista é mais completa, e a coerção é menos necessária para manter o poder burguês. É neste, e em alguns outros pontos, que o autor se fundamenta para defender que a Guerra do Iraque simboliza uma crise hegemônica desencadeada pelo neoconservadorismo americano, que se explica por um momento político em que uma classe específica atuou incisivamente no ordenamento social do Estado. Assim, para Paul, movimentos sociais internos desencadearam essa crise hegemônica, que é vista como crise pelo autor devido ao seu aspecto de predomínio de coerção. Isso não abrange completamente o conceito de hegemonia de Gramsci, pois o predomínio de coerção não significa necessariamente um declínio hegemônico.

Uma posição semelhante também pode ser encontrada no artigo de Emri Iseri, que além dos conceitos de Gramsci se apoia no conceito de “Structural Power”, de Susan Strange, para sua análise. Ele argumenta que a hegemonia americana se encontra em declínio desde os anos 1970, e que tal coisa se deve à perda de controle dos EUA de importantes mecanismos de coerção. Apontando que essas circunstâncias levaram o país a negligenciar os meios de coerção intelectual e moral para privilegiar meios mais diretos de coerção, como o que é visto na Guerra do Iraque. Iseri também faz uso de traduções para o inglês dos Cadernos do Cárcere, e interpreta hegemonia como a habilidade de um grupo social de dirigir a sociedade, tanto política quanto moralmente. O grupo hegemônico adquire autoridade através de persuasões intelectuais, morais ou culturais, ou o consentimento da população governada sem aplicar meios de coerção político, econômica ou de violência. Para estender esse conceito às relações internacionais o autor recorre a Robert W. Cox, apontando que a longo termo na relação de poder entre os Estados é preponderante o domínio da coesão sobre a coerção em condições de hegemonia (ISERI, 2007, p. 3).

Na análise ainda se encontram o uso dos conceitos de “Structural Power” e de “Relational Power”, de Susan Strange; que se referem a como os Estados se relacionam em uma estrutura de poder de uma nação hegemônica. A comparação dos conceitos de Gramsci com os de Strange permitem, de acordo com Iseri, uma análise que demonstra que as relações hegemônicas dos EUA no sistema internacional estão pendendo para o predomínio da coerção sobre o consentimento. O que estaria levando os EUA a cada vez menos serem vistos como uma liderança pelos outros países e mais como uma nação apenas interessada em sua própria Guerra ao Terror, o que é interpretado pelo autor como um declínio hegemônico. Tal conclusão se favorece de uma redução específica das ideias de Gramsci e de uma análise precoce sobre um tema ainda recente. Com o avanço dessas leituras as atividades se debruçaram na análise dos artigos de Alejandra Roncallo, Hasmet Uluorta e Dominic Kelly.

O primeiro artigo se propõe a fazer uma abordagem neo-Gramsciana de três períodos distintos da hegemonia americana em uma escala continental, os quais a autora identifica como: Old Pax Americana, Impasse e New Pax Americana. O primeiro período vai de 1947 até 1964, e é construído em volta do consenso do contrato social Keynesiano e da coerção da Guerra Fria. Já o período de Impasse vai de 1964 até 1982, sendo considerado pela autora como um período não hegemônico por não haver consenso, algo para ela primordial para a existência de uma hegemonia, embora ainda se tenha a existência de mecanismos coercitivos. E, por fim, o período de New Pax Americana segue a partir de 1982 até os dias de hoje, que se sustenta em um consenso ideológico de retorno da democracia e na coerção de uma política econômica neoliberal. Roncallo (2010) se sustenta, assim como os outros dois autores, em uma tradução de língua inglesa dos Cadernos do Cárcere, mas empresta várias interpretações de Robert Cox para defender um conceito mais estreito e raso de hegemonia, um que ignora que um período hegemônico pode ser fundamentado na coerção.

Já Uluorta (2008) se dedica a tratar da questão de como o consenso se sustentou apesar de todas as contradições atuais nos Estados Unidos. Para tal intento ele se apoia, além de Gramsci, principalmente em seu conceito de senso comum, em Stephen Gill, e seu neoliberalismo, e em Jacques Lacan, com sua psicanalítica. Fazendo uso desses três autores e das ferramentas que suas ideias oferecem o autor faz uma “junção” de conceitos para explicar a manutenção do consentimento nos Estados Unidos. Isto, apesar de oferecer alguns esclarecimentos, cria alguns problemas, já que se trabalha para harmonizar conceitos que não são necessariamente harmônicos entre si; logo, a hegemonia tratada aqui é de uma abordagem limitada, desenvolvida para se “encaixar” entre as ideias de Gramsci, Gill e Lacan.

A hegemonia tratada no terceiro artigo, **US Hegemony and the Origins of Japanese Nuclear Power: The Politics of Consent**, é entre estes a mais bem articulada. Dominic Kelly (2013) usa o conceito de Gramsci de hegemonia para entender o processo de armas nucleares serem levadas para o Japão. Definindo a hegemonia como o uso de coerção e construção do consenso dentro e entre grupos sociais, incluindo Estados. Entendendo ainda a hegemonia como um conceito interdependente, no qual a parte mais fraca também possui suas exigências atendidas, sendo assim uma relação constante entre as partes. É muito produtiva à discussão levantada o debate que o autor faz com Gramsci e outros autores, como Femia e Cox, para aplicar vários dos conceitos gramscianos à realidade do Japão e às transformações pela qual o país passou que se referem às armas atômicas. O que nos leva até uma aproximação bastante significativa das ideias de Gramsci, pois é apontado que o consenso para a aceitação da tecnologia nuclear, tanto nos EUA quanto no Japão, foi obtido por meio da articulação da ameaça do comunismo, da esperança na tecnologia e no intenso uso de ferramentas midiáticas para o convencimento popular. Ficando, o que é muito importante e não tão presente nos outros artigos, também latente o uso de violência.

Outra autora a ser considerada é Phoebe V. Moore, que trata da questão de globalização e do trabalho na Ásia, em especial na Coreia do Sul. A autora aplica os conceitos de Gramsci e os desenvolve para melhor explicar as transformações que ocorreram na Coreia do Sul, tanto do ponto de vista interno, que mais se assemelha aos escritos do autor italiano, quanto ao das relações internacionais, como o que é desenvolvido por Cox. É oportuno ressaltar que é feito no primeiro capítulo um interessante apanhado sobre as relações internacionais e alguns de seus teóricos, como Kenneth Waltz e Hans Morgenthau. Além de

desenvolver o conceito de hegemonia de forma muito semelhante àquela feita por Derek Boothman, deixando a importante indicação de que “Gramscian hegemony is not simply a material condition of power and economic strength, as neorealism imagines, but its ‘decisive’ elements are cultural and ideological” (MOORE, 2007: p. 39-40).

Após isso são destacados outros conceitos de Gramsci, principalmente o de revolução passiva, o qual a autora usará para relacionar com as transformações ocorridas nos diferentes períodos do país e de como tais processos contribuíram para o aprofundamento da questão trabalhista na Coreia do Sul. Outro importante elemento a se atentar é a maneira com que é organizada a exposição dos conceitos de Antonio Gramsci. A autora expõe e define tais conceitos como hegemonia e revolução passiva apenas nos primeiros capítulos, remetendo a eles à medida em que desenvolve o livro. No entanto, se torna pertinente à explanação que à medida em que são apontadas as diferentes conjunturas e condições que agem no processo histórico coreano os conceitos também sejam retomados e contextualizados.

Por fim, se teve como discussão o livro **After hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy**, de Robert O. Keohane. Essa obra se presta a debater as circunstâncias e desdobramentos da cooperação e da discórdia entre os atores do sistema internacional em um ambiente de declínio hegemônico de certos regimes internacionais. Em um primeiro momento o autor coloca em oposição teóricos chamados de realistas contra os denominados institucionalistas; apontando que cada um utiliza do reordenamento dos regimes internacionais como aspectos de suas respectivas teorias. Tal abordagem é significativa para a discussão a respeito da cooperação na política econômica mundial, já que cada uma dessas teorias tem uma perspectiva contrária à outra sobre como se dá essa cooperação. Sendo um exemplo dessa divergência as projeções, ambas equivocadas, feitas por essas duas vertentes teóricas: para os institucionalistas o cenário de interdependência econômica (com o aumento de relevância da Europa e do Japão) deveria levar a uma maior cooperação; para os realistas a difusão do poder deveria diminuir a chance de qualquer um de criar uma ordem, o que não aconteceu.

4. CONCLUSÃO

Através dos conceitos gramscianos apresentados até agora se pode inferir que grande parte dos autores estudados possuem uma interpretação, e também um uso muito particular. O acesso aos escritos de Gramsci é um grande fator para que haja essa divergência entre os autores. Autores como Robert Cox, por exemplo, se baseiam em traduções anglo-saxões e acabam cometendo algumas generalizações impróprias dos conceitos de Antonio Gramsci no campo das Relações Internacionais. Percebe-se, com exceção da abordagem de Adam Morton, um foco muito enfático no Estado e pouco focado nas forças sociais e históricas que permeiam a avaliação da hegemonia por Gramsci, não somente nas conjunturas isoladas, mas também nos processos históricos mais amplos.

5. REFERÊNCIAS

BIANCHI, Alvaro. Revolução passiva: o pretérito do futuro. *Crítica Marxista*, 2006, p. 35-57.

- BOOTHMAN, Derek. The sources for Gramsci's concept of hegemony. *Rethinking Marxism*, v. 20, n.o 2, 2008, p. 201-205.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci, um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- COX, Robert W. *Social forces, State and World Orders: beyond international relations theory*. Millennium: Journal of International Studies, v. 10, n.o 2, 1981, p. 126-155.
- DEL ROIO, Marcos: Translating Passive Revolution to Brazil, *Capital & Class*, 2012, v. 36, p. 215-234.
- DIAS, Edmundo Fernandes. *Revolução passiva e modo de vida: ensaio sobre as classes subalternas, o capitalismo e a hegemonia*. São Paulo: Sundermann, 2012.
- GRAMSCI, Antonio, *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, volume 3.
- GILL, Stephen. *American hegemony and the trilateral commission*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- ISERI, Emre. *Neo-Gramscian Analysis of US Hegemony Today*, Keele University, mimeo, 2007.
- KELLY, Dominic. US Hegemony and the Origins of Japanese Nuclear Power: The Politics of Consent. *New Political Economy*, 2013, p. 1-28.
- KEOHANE, Robert O. *After hegemony: cooperation and discord in the world political economy*. Princeton: Princeton University, 1984.
- MOORE, Phoebe. *Globalization and labour struggle in Asia: A neo-gramscian critique of South Korea's political economy*. New York: Tauris Academic Series, 2007.
- MORTON, Adam. A Geopolítica do Sistema de Estados e o Capitalismo Global em Questão. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, no. 29, nov. 2007a, p. 45-62.
- MORTON, Adam. *Unravelling Gramsci – Hegemony and Passive Revolution in the Global Political Economy*, London: Pluto, 2007b.
- PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes dos. Gramsci e a Teoria Crítica das Relações Internacionais. *Revista Novos Rumos*, v. 50, 2013, p. 1-19.
- PAUL, Darel E. The siren song of geopolitics: towards a gramscian account of the Iraq war. *Millenium – Journal of International Studies*, vol. 36, no.1, 2007, p. 51-76.
- RONCALLO, Alejandra. *The Old, the Impasse and the New Pax Americana at the Continental Scale. A Neo-Gramscian Approach*. Toronto: Trabalho apresentado ao XXIX Congresso da Latin American Association, 2010.
- TELÒ, Mario. *O futuro do Ocidente e a teoria das RI*. 2010. Disponível em: <http://www.acessa.com/gramsci/?page=visualizar&cid=1195>. Acesso em: 01/03/2014.
- ULUORTA, Hasmet M. Welcome to the 'All-American' Fun House: Hailing the Disciplinary Neo-liberal Non-subject. *Millenium – Journal of International Studies*, v. 36, no. 2, 2008, p. 241-265.
- WILLIAMS, Raymond. *Marxism and Literature*, Oxford: Oxford University, 1977.